

**ESTOU GRÁVIDA E AGORA?
UMA REFLEXÃO DA MATERNIDADE NA SOCIEDADE CRISTÃ**

**I'M PREGNANT AND NOW?
A REFLECTION ON MOTHERHOOD IN CHRISTIAN SOCIETY**

Andressa Leoni Leandro da Silva Borges ¹

RESUMO

A maternidade na sociedade cristã entende ser um dos atos mais sublimes da condição humana, uma vez que, reflete gerar outra vida dentro de si. No entanto, a futura mãe, a mulher, a esposa, a profissional, o ser humano que se encarrega de escolher esse processo tem de assumir todas as mudanças do corpo sem objeção, e limitar toda a sua vida, para se encaixar no molde social do que se espera 'maternar' na sociedade. Neste artigo, iremos refletir as particularidades do papel imposto pela sociedade patriarcal da maternidade e a sua repercussão para a vida da mulher.

PALAVRAS-CHAVE: Maternidade; Mulher; Patriarcal; Maternar; Cristã.

ABSTRACT

Motherhood in Christian society is understood to be one of the most sublime acts of the human condition, since it reflects generating another life within oneself. However, the future mother, the woman, the wife, the professional, the human being who is charged with choosing this process has to assume all the changes of the body without objection, and limit her entire life, to fit into the social mold of what is expected 'maternity' in society. In this article, we will reflect on the particularities of the role of motherhood and its repercussion for women's lives in this century.

KEYWORDS: Maternity; Woman; Patriarchal; Mothering; Christian

¹ Doutora em Educação pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT). Mestre em Ciência da Educação pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Licenciada em Pedagogia. Graduada em Fisioterapia. Especialista em Gestão Escolar e Docência do Ensino Superior. **E-MAIL:** andressa.leoni@iluses.com.br. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/6474816451636506

INTRODUÇÃO

O presente artigo busca refletir sobre a visão da sociedade cristã acerca da maternidade e o papel que a mulher de fato deseja nas configurações da atualidade. Conforme o Cristianismo a Maria, mãe de Jesus, é a figura central para caracterizar o feminino. Tornou-se símbolo da maternidade, ao escolher o sacrifício, a passividade e dor. Ou seja, no momento em que Maria se torna mãe, ocorre uma comparação inevitável em transformá-la santa, principalmente pelo fato dela doar a sua vida para aquele que está a gerar no seu ventre.

A Igreja Católica, através da sua influência, desde muitos séculos, acolheu esse padrão de mulher, aquela que carrega consigo a bondade e a possibilidade de conversão e projetou um modelo, ao qual todas as mulheres deveriam se espelhar, ao fixar um discurso social e moral ao culto à mãe de Jesus, e conseqüentemente as mulheres que, possivelmente, distanciassem a esse padrão, eram consideradas pecadoras e ingratas a dádiva de gerar um ser humano.

Segundo Zaíra Ary (2000), a desvalorização da mulher no imaginário católico é resultado de certas interpretações bíblicas. A autora aponta três elementos da Bíblia que a Igreja Católica usa para criar a figura do feminino: a submissão da mulher a Adão por ser criada a partir da sua costela, a responsabilidade dela sobre os sofrimentos masculino e feminino, devido ao pecado original, e o perigo que representa por ser a tentação que pode desviar os homens do caminho espiritual.

Ao longo da história, os homens não foram instruídos a serem pais, mas sim, direcionados a preencher diversos outros papéis, como sacerdotes, guerreiros, reis, políticos e estudiosos. Por essa mesma razão, as mulheres foram ensinadas a serem primariamente esposas e mães, com poucas exceções. A maioria delas dedicava os seus dias às obrigações domésticas e maternas, logo após o casamento, e isso resultou nos casamentos precoces e na alta fecundidade. Era comum que os casais tivessem muitos filhos (as), e o

homem era responsável por garantir a renda da família. (DE ANDRADE RITZ, 2017)

Atualmente, no Brasil, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano 2000, cerca de 14% dos casais brasileiros não tinham filhos, esse percentual elevou para 20% no ano de 2010. Segundo a mesma fonte, em 2010, cerca de 14% das mulheres não planeavam engravidar, um aumento de 4% relativamente a pesquisa anterior, conforme dados do censo demográfico (IBGE, 2012). Contudo, poder escolher não ter filhos sem precisar explicar os motivos ainda é um grande desafio para as mulheres que não desejam ser mães, o que não ocorre quando uma mulher tem um filho, por exemplo. Apesar de haver algumas discussões sobre o tema, a escolha voluntária pela não maternidade ainda é pouco abordada na temática da saúde sexual e reprodutiva no Brasil.

Para os autores Beltrame & Donelli (2012), as mulheres são adaptáveis à medida que as suas preferências respondem às pressões políticas e sociais. Por exemplo, a implementação da mulher no mercado de trabalho e na construção da carreira profissional ocupa um papel primordial na vida dessa mulher moderna, e desse modo, a dualidade entre escolher a maternidade e carreira, uma das motivações do adiamento da maternidade ou a escolha de não ter filhos.

A maternidade como discussão feminista vêm ganhando força com as modificações e avanços trazidos pela industrialização e urbanização na sociedade, além das alterações ocorridas nos cenários familiares, nas relações de gênero, nas expressões de liberdade e de sexualidade e nos desejos individuais da mulher. (SCAVONE, 2001). Em contrapartida, a Igreja Católica instala um mecanismo de controle onde profere um discurso de afirmação, normativo e moralizador sobre as infrações cometidas com e contra o corpo, demonstrando a sua vontade de poder e repressão. (DEL PRIORE, 1989).

Desse modo, a visão da Igreja para a sociedade ocidental, é o que Butler (2008) intitula 'ordem

compulsória' heteronormativa e legitimada, onde se sustenta a ideia que existe somente um único padrão de vida em sociedade, traçada em valores da família nuclear tradicional. Porém, a discussão reflexiva sobre tal temática ainda é um tabu no meio científico e através da reflexão deste artigo, pretendo valorizar e aprofundar mais os pontos de vistas científicos sobre a maternidade e a visão da igreja católica frente as novas tendências do feminismo na sociedade.

Desse modo, é importante ressaltar que, as mulheres enfrentam conflitos relacionados à maternidade constantemente em todo momento histórico na construção da sociedade. Elas devem decidir se adiam a tão sonhada maternidade para se tornarem independentes financeiramente, ou se dedicam integralmente a essa jornada, abandonando a carreira profissional. A exigência de um modelo ideal de maternidade, onde tudo deve ser feito de forma exclusiva, intensa e sob responsabilidade da mulher, faz com que elas se enxerguem com três possibilidades: ser mãe, ser mulher, ser mulher e ser mãe. Contudo, a sociedade não considera todas as opções, e impõe como única escolha a de ser mãe. (BADINTER, 2011; BEAUVOIR, 2016).

Badinter (2011) acredita que a sociedade, embora aceite a existência da mulher-mãe, impõe um alto grau de determinismo biológico. Desta forma, a mulher deve abdicar da sua condição de sujeita, a fim de incorporar o 'ser mãe', tornando-se, assim, o 'ser mulher-mãe'. Porém, mesmo após incorporar o 'ser mãe', ainda é insuficiente para atender às exigências, sendo necessário excluir completamente o 'ser mulher', para que se retorne à exclusividade da maternidade, que deve ser exercida de forma intensiva.

A maternidade atualmente no Brasil tem sido um assunto bastante complexo, pois se vive um momento de profundas mudanças, muitas vezes contraditórias, devido ao grau de influência religiosa, relativamente às relações de gênero e aos direitos das mulheres. O poder da Igreja Católica, que ainda detém

grande influência na cultura brasileira, é extremamente relevante, pois a sua doutrina condena o aborto, a contraceção e o divórcio, restringindo o poder de escolha das mulheres em torno de questões como a maternidade.

DESVENDANDO A EXISTÊNCIA DO MATRIARCADO

Conforme a feminista Silvia Federici, numa entrevista concedida ao blogue guatemalteco Comunitaria Press, afirma que:

O patriarcado é uma instituição muito antiga e não foi universal. Devemos rechaçar essa afirmação que diz que as mulheres sempre foram oprimidas, primeiro porque em muitas comunidades as mulheres tinham poder. Dois mil anos atrás havia formas de matriarcado - eu não posso esclarecer amplamente como se estabelecia um matriarcado, mas é importante compreender que a história foi destruída. (2015)

A construção histórica do matriarcado, remota da pré-história associados à religião, que envolvia a projeção das mulheres e à purificação das suas capacidades reprodutivas. Centrada, principalmente, ao culto a uma deusa da fertilidade, destacado por imagens femininas localizadas em sítios arqueológicos europeus e oeste asiáticos. (BOULOS, 2015; RIBEIRO & ANASTASIA, 2015; VAZ & PANAZZO, 2015). No entanto, vale ressaltar que o conceito de matriarcado é uma criação moderna, que relaciona duas perspectivas empregada pelos *Scholars* do século XIX. (GEORGOUDI, 1990).

O primeiro conceito, designa 'direito materno' (Mutterrecht), em contrapartida, ao direito paterno (Vaterrecht) foi apresentada por Johann Bachofen (1992). De acordo com, o autor, ocorreu um estágio cultural pré-histórico sublinhado pela matrilinearidade que antecedia ao direito do pai, ou seja, o que atualmente intitularíamos de patriarcado. Bachofen

acredita que a presença do matriarcado na História da Antiguidade e o seu Direito Materno é crucial para entender a difusão que ocorreu até a chegada do patriarcalismo na sociedade.

Contudo, ao longo do século XX, esta teoria foi desacreditada devido à falta de comprovações históricas e à inexistência deste tipo de modelo em sociedades consideradas primitivas. A diferença entre o termo ‘matriarcado’ e os demais usados para descrever uma sociedade centrada na mulher, como ‘matrifocal’ ou ‘matricêntrico’, é que se refere a um ‘governo feito pelas mães’, enquanto o patriarcado diz respeito a ‘governo feito pelos pais’. Além disso, existe também a reverência ao feminino na criação da vida. (OLIVEIRA, 2005)

Isabel Barreno (1992), reforça e diz que:

O discurso masculino ao longo da História (sendo os únicos que podiam discursar sobre a História, deles próprios e sobre as mulheres), parece ter trazido uma contaminação ideológica profunda em relação a toda a História da humanidade na forma como eram vistas as mulheres, a função materna e o papel das mulheres na sociedade. (p. 28)

Ou seja, a partir do instante em que foi dada aos homens a responsabilidade de estabelecer as práticas e discursos que organizam qualquer sociedade, a leitura e interpretação dos fatos históricos foram influenciados por uma ideologia masculina e patriarcal, resultando na desvalorização sistemática das coisas relacionadas ao universo feminino. O fenômeno da maternidade e da fertilidade seria uma questão de grande relevância nos primórdios da humanidade, pois a existência e o crescimento do grupo dependia da fertilidade das mulheres. Conforme a autora, isso é demonstrado pelas primeiras figuras humanas descritas, de mulheres com características femininas intensas e são consideradas deusas da fertilidade. (BARRENO, 1992)

A arqueóloga Marija Gimbutas (1998) esclarece que:

A Deusa era a Mãe-mais-do-que-humana. Se for usado o termo Grande Mãe, deve ser entendido com a Grande Mãe Universal, cujos poderes se difundem por toda a natureza, por toda a vida humana, por todo o mundo animal, por toda a vegetação. (p.54)

Aproximadamente há 5.000 anos, a Grande Mãe, associada a um Deus masculino, foi deixada de lado com a adoção das religiões monoteístas. O rosto da Deusa, então, ficou escondido. Contudo, a partir dos trabalhos da arqueologia, mitologia, arte, antropologia, ciência e filosofia, fragmentos da religião da Deusa começaram a se juntar e Ela está a voltar. Com isso, também, surgiram novas formas de culto ao divino feminino. Esta Deusa, também era conhecida como ‘Senhora dos dez mil nomes’, foi reverenciada por vários povos antigos, como os da Anatólia, Creta Minóica, Egito, África e Canaã. O seu nome variava de lugar para lugar, mas todos os lugares a identificavam como a fonte criadora, representando a unidade de toda vida na Terra. Infelizmente, o seu culto foi destruído e substituído por deuses guerreiros, até o monopólio de um Deus único. (BRANDÃO, 1991).

De acordo com Ehrenfeld (1992) até os dias contemporâneos, o universo é visto como uma hierarquia de comando na qual o Senhor (Deus) delega ao homem a incumbência de governar as demais criaturas, consideradas menos importantes. Um ótimo exemplo disto é a ‘teoria das finalidades’ que, em uma das suas versões, afirma que o mundo foi projetado por Deus para um determinado propósito: o bem-estar da humanidade. Por isso, o homem teria o papel de agradecer esta concessão e, em contrapartida, assumir o controle do globo, uma responsabilidade que já havia sido exigida com ênfase pelos judeus em tempos remotos.

OS DESAFIOS DA MATERNIDADE

De acordo com Peter Berger (1985), o indivíduo é moldado para se tornar uma pessoa específica e viver num mundo específico. A maternidade é parte desta socialização que, durante muito tempo, limitou o acesso das mulheres a escolas, empregos e cidadania. Mas, felizmente, muitas mulheres conseguiram conquistar esses espaços públicos e não precisaram renunciar a nada. Contudo, ser mãe tem sido, e será experimentado por muitas mulheres, e entendemos que é necessário para a preservação da humanidade. No entanto, as circunstâncias em que a maternidade ocorre pode direcionar um impacto positivo ou negativo a sociedade.

Apesar disso, a maternidade continua a ser vista dentro do contexto de paternidade, já que o papel das mães está se tornando cada vez mais significativo tanto do ponto de vista psicológico quanto do ideológico, transformando assim a vida das mulheres. Chodorow (1978) realizou uma análise histórica dos últimos dois séculos para entender como homens e mulheres criam os seus filhos e são influenciados. Segundo a autora, a maioria dos casamentos era destinada a ter filhos e as obrigações maternas e paternas duravam desde o início do casamento até a morte de um deles. Normalmente, as mulheres acabavam morrendo durante o parto.

De acordo com Hewlett (2008), antes da era moderna, as mulheres normalmente passavam por 8 gravidezes, com 6 bebês sobrevivendo, mas correndo um risco de 10% de mortalidade no parto. Aproximadamente um quarto dos óbitos femininos entre 15 e 50 anos eram devido a complicações relacionadas ao parto. Aquelas que sobreviviam ao parto muitas vezes eram vítimas de sequelas físicas permanentes. Por trágica que fosse, muitos dos bebês não conseguiam sobreviver, e essa estimativa de que pelo menos duas das crianças morriam antes dos 5 anos era muito comum até o início do século XIX.

No final do século XIX, as mulheres das famílias operárias começaram a desempenhar duas tarefas ao mesmo tempo: trabalhar fora de casa e cuidar dos filhos. Após muita luta, as mulheres começaram a ocupar o espaço público e a ter presença no mercado de trabalho. Com a queda nas taxas de natalidade e a escolarização precoce das crianças, a ideologia da 'mãe moral' ganhou força. Assim, as mulheres deveriam ser educadoras e modelos morais para seus filhos, e alimentadoras e guias morais para seus maridos quando estes regressavam do mundo de trabalho desigual e competitivo.

Estas mudanças causaram grandes modificações nas famílias e principalmente na vida das mulheres. A família passou a ser mais nuclear e o seu papel restringiu-se à esfera pessoal da sociedade, perdendo assim a sua influência educacional e religiosa. As mulheres passaram a ter um papel centrado no cuidado dos filhos e dos homens, desempenhando mais do que a função maternal de preparar a comida e deixar a casa limpa. A união matrimonial mudou também drasticamente, pois os antigos acordos não combinavam com as novas concepções. O casamento por amor se tornou a norma. A satisfação das relações conjugais se tornou essencial para o lar. Apesar da distinção entre homens e mulheres, a percepção social sobre o significado da família e dos filhos foi alterada.

No entanto, no Brasil, é evidente que as desigualdades de gênero estão profundamente arraigadas na sociedade e são difíceis de serem erradicadas. A violência, a opressão e o desrespeito para com as mulheres são fatos comuns no cotidiano e frequentemente noticiados pelos meios de comunicação. A influência patriarcal é um fator determinante nessa realidade, uma vez que a crença de que o homem é o líder e figura-chave da família ainda prevalece, mesmo atualmente. (ARAÚJO, 2005)

Apesar de mudanças no mercado de trabalho e na aceitação da presença feminina em diversas áreas profissionais, muitas mulheres ainda enfrentam obstáculos nas suas carreiras devido a estereótipos de

fragilidade de gênero. Todavia, há leis que garantem direitos às gestantes e às mulheres que deram à luz recentemente, visando mostrar que a responsabilidade do desenvolvimento da gravidez e do puerpério não é apenas da família, mas sim de toda a sociedade. Tais direitos estão presentes desde a década de 40, quando a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) estabeleceu, por exemplo, o direito de afastamento do trabalho para realizar consultas médicas e exames complementares durante a gestação. (BRUSCHINI, 2007; COUTINHO & DIOGO, 2006)

Contudo, atualmente, mesmo com as leis de proteção à mulher durante a gravidez e a licença-maternidade, ainda existe um conflito entre a vida profissional e a decisão de ter um filho. Muitas mulheres enfrentam rescisões contratuais após a licença-maternidade, sendo que em muitos casos, a iniciativa parte da própria mulher devido às dificuldades enfrentadas no retorno ao trabalho. Essas dificuldades incluem o aleitamento materno, a carga horária de trabalho e a falta de opções para cuidados infantis em tempo integral. Muitas mães profissionais se sentem vulneráveis durante o período da licença-maternidade. A maternidade traz muitas responsabilidades, não apenas no momento do nascimento, mas também durante a vida médica, escolar e social do filho, o que precisa ser equilibrado com a carreira profissional. As expectativas sociais e os ideais perfeitos de mãe e profissional podem levar a sentimentos de sofrimento e angústia para as mulheres que enfrentam esse conflito. (MARIE CLAIRE, 2017; RODRIGUES & SAPUCAIA, 2017; LEAL, 2013; CAVALCANTI & BAÍA, 2017)

Lembramos também, que os desafios iniciam deste o início da gestação, com as mudanças que ocorrem no corpo da mulher e que vão além do aspecto físico. Elas também afetam questões psicológicas e sociais, o que influencia diretamente a sua saúde mental, individualmente e nas relações. É comum que as gestantes experimentem algum nível de estresse devido à combinação dessas condições, que podem ser

potencialmente estressantes. Durante o período da gravidez, é comum ocorrerem sinais e sintomas de estresse devido às emoções intensas que emergem, tornando as gestantes mais suscetíveis a distúrbios emocionais. (PICCININI et al., 2008; RAPHAEL-LEFF (2000),

A gravidez é o evento que marca a transição para a maternidade e onde ocorrem as maiores mudanças na vida pessoal, nos relacionamentos, na família, na carreira e na esfera social. Outros fatores relacionados à gravidez, inevitáveis para compreender como a mulher grávida vivencia essa transição e que afetam significativamente o significado que esse evento terá para a futura mãe, são o planejamento e o desejo da gravidez. Associada a essa dimensão está também a dificuldade em engravidar, que intensifica o desejo de gravidez e o seu planejamento, conferindo uma dinâmica emocional única à experiência de estar grávida nessas condições. Além disso, é importante considerar a presença de complicações médicas relacionadas à gravidez, o que também afetará a vivência dessa experiência, envolvendo um nível aumentado de ansiedade, mas também uma antecipação e uma intensificação de várias preocupações (como o bem-estar do bebê) que, embora sejam comuns a todas as gravidezes, adquirem um significado e uma dinâmica emocional específicos nesses casos. (MEIRELES & COSTA, 2005).

Desse modo, destaque-se que os desafios enfrentados pela mulher, escolhendo a maternidade numa sociedade cristã patriarcal assume inúmeras dificuldades e pouco acolhimento, apesar de ser considerado um ato divino, gerar outro ser humano, ainda há muitas reflexões e lutas que precisam ser vencidas para tornar esse processo mais respeitável em todas as esferas da vida da futura mãe, mulher e cidadã. Além disso, na gestação é um momento crítico em termos de intervenção, pois a natureza da crise de desenvolvimento torna esta mulher especialmente aberta à mudança, reorganização e transformação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da história, a representação do feminino tem sido ambígua. Os relatos escritos pelos homens, sendo os que geralmente passam para a posteridade, revelam uma dualidade de sentimentos e opiniões relativamente às mulheres. Por um lado, expressam amor e admiração, enquanto, por outro lado, mostram ódio e repulsa. O olhar masculino atribui diferentes imagens às mulheres, retratando-as como seres frágeis, vítimas e santas em certos momentos, e como mulheres fortes, perigosas e pecadoras em outros. Essas características resultaram em dois papéis impostos às mulheres: o de Eva, usado para difamar a imagem feminina, e o de Maria, uma santa mãe zelosa e obediente, que é considerada o modelo a ser seguido por todas as mulheres honradas. (DELUMEAU, 2009)

Contudo, durante milênios, a mulher foi associada às forças da natureza devido à sua capacidade de fertilidade e papel na reprodução da espécie, o que despertava medo nos homens devido a eventos inexplicáveis, como a maternidade. Esse medo do desconhecido levou os homens a manterem controle sobre as mulheres, buscando afirmar a sua superioridade sobre elas. Na Idade Média ocidental, a mulher passou a ser associada ao demônio, remetendo à descendência de Eva, símbolo do pecado e tentação.

No entanto, também houve um fortalecimento do culto à Virgem Maria durante a Idade Média, destacando as suas qualidades. A partir do final do século XI, os religiosos buscaram transformar essa figura diabólica numa fonte do bem. No entanto, a imagem das descendentes de Eva como pecadoras e sedutoras ainda prevalecia nesse período. O culto à Virgem Maria ganhou destaque a partir do século XII, representando o ideal de uma mulher pura, assexuada e capaz de conceber sem pecar. Esse ideal deveria ser seguido pelas outras mulheres, deixando de lado a herança deixada por Eva, que carregava o castigo na sua sexualidade. (VASCONCELOS, 2005).

Somente no século XVIII, a mulher começou a ser reconhecida como a 'guardiã da infância'. No entanto, esse reconhecimento enfrentou várias barreiras, pois era difícil convencer a sociedade de que as mulheres, que eram consideradas perigosas, poderiam ser responsáveis pelo cuidado das crianças. A imagem da mulher demoníaca foi substituída pela imagem de Maria. Anteriormente vista como imperfeita nas suas responsabilidades, a mulher passou a desempenhar um papel adequado às funções designadas por Deus, como o papel de ser uma boa mãe e esposa. (MÉRGAR, 2006).

Contudo, a naturalização da procriação como uma função intrínseca à identidade das mulheres tem efeitos contraditórios na alocação delas dentro da estrutura patriarcal. Negar a maternidade não é uma opção legítima. Embora a maternidade seja valorizada e vista como sagrada, as mulheres que são mães não são elevadas à condição de sujeito. Enquanto a capacidade de procriação é enaltecida como um privilégio das mulheres, também carrega o peso de um destino, uma inevitabilidade que define as mulheres como a verdadeira representação feminina (SWAIN, 2001). A distinção da maternidade como um atributo que confere legitimidade à mulher resulta em efeitos de distinção dentro do próprio gênero, onde aquelas que são mães se destacam das outras e são responsáveis por lidar com essa função de forma solitária.

Todavia, é importante reconhecer que, mesmo para aquelas mulheres que nunca foram mães, a maternidade como instituição faz parte da constituição da sua subjetividade. A maternidade é uma instituição que precede a nossa existência e para a qual a sociedade nos molda. Mesmo quando negamos a maternidade, ela permanece estranhamente próxima, ao mesmo tempo, em que impõe uma hierarquia entre as mulheres: não ser mãe é estar à margem de um conjunto de responsabilidades, preocupações, prazeres e compromissos que essa experiência implica.

Nesse sentido, os corpos femininos são socialmente percebidos como potenciais mães, mesmo

quando não desejam a maternidade. É uma posição paradoxal: mesmo ao rejeitar a maternidade, as mulheres continuam a ser definidas por ela, ou pela sua ausência. Desse modo, é essencial destacar os efeitos prejudiciais e simplificadores resultantes da naturalização da maternidade como uma instituição obrigatória e hierarquizante para as mulheres.

Sendo assim, a instituição da maternidade se solidifica como parte essencial do modelo patriarcal moderno colonial cristão, e é sustentada não apenas por meio de iniciativas repressoras e violentas, como a criminalização do aborto e da contracepção, controle estatal da natalidade, punição simbólica e física de mulheres inférteis, casamentos forçados e violência sexual. Ela também é sustentada por discursos de poder que valorizam, centralizam, reduzem e hierarquizam as mulheres com base na sua conformidade com o modelo ideal de maternidade, apresentado como uma possibilidade de redenção, abnegação e incondicionalidade.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Maria de Fátima. Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate. **Psicologia Clínica Online**, vol. 17, n.2, p.41-52. Rio de Janeiro, 2005.
- ARY, Zaíra. **Masculino e feminino no imaginário católico: da Ação Católica à Teologia da Libertação**. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secult, 2000.
- BACHOFEN, Johann Jakob. **Myth, religion, and mother right: selected writings of JJ Bachofen**. Princeton University Press, 1992.
- BADINTER, Elisabeth. **O conflito: a mulher e a mãe**. Trad. Vera Lúcia dos Reis. – Rio de Janeiro: Record, 2011.
- BARRENO, Isabel. Maternidade: mitos e realidades. **Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, Maternidade: Mitos e Realidades, Actas do Seminário, Coleção Cadernos Condição Feminina**, v. 36, p. 23-36, 1992.
- BELTRAME, Greyce Rocha; DONELLI, Tagma Marina Schneider. Maternidade e carreira: desafio os frente à conciliação de papéis. **Aletheia**, n. 38-39, 2012.
- BERGER, Peter L. **O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião**. Tradução Jose Carlos Barcellos. 3. ed. São Paulo: Paulus, 1985. (Coleção Sociologia e Religião).
- BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Vol. 1, 3.ª Ed. Trad. Sérgio Millet. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- BOULOS, Alfredo. **História, Sociedade e Cidadania**, 6.º Ano. FTD, 2015.
- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Trad. Renato Aguiar. 2.ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- BRANDÃO, Junito. **Dicionário mítico-etmológico da mitologia grega**. Vol. I, Petrópolis, R.J: Vozes, 1991.
- BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, p. 537-572, 2007.
- CAVALCANTI, N. C. S. B.; BAÍA, Deylane Corrêa Pantoja. Ser mãe no mundo do trabalho: notas sobre os desafios da reinserção de mulheres no mercado de trabalho após a experiência de maternidade. 13.º **Mundo de Mulheres**, 11.º Fazendo Gênero: transformações, conexões, deslocamentos, 2017.
- CHODOROW, Nancy. **Psicanálise da Maternidade. Uma crítica a Freud a partir da mulher**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1978. Título original: The Reproduction of Mothering: Psychoanalysis and the Sociology of Gender.
- DE ANDRADE RITZ, Cláudia Danielle. Maternidade além do ventre. **Annales Faje**, v. 2, n. 4, p. 53-64, 2017.
- DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada**. Editora Companhia das Letras, 2009.
- DEL PRIORE, Mary. O corpo feminino e o Amor: um olhar. In: D'INCAO, Maria Angela (Org.). **Amor e Família no Brasil**. - São Paulo: Contexto, 1989.
- DIOGO, Maria Fernanda; COUTINHO, Maria Chalfin. A dialética da inclusão/exclusão e o trabalho feminino. **Interações**, v. 11, n. 21, p. 121-142, 2006.
- EHRENFELD, David. **The business of conservation**. Conservation Biology, p. 1-3, 1992.
- FEDERICI, Silvia. Entrevista a Gladys Tzul Tzul. El patriarcado del salario. Comunitaria Press, (21 de abril de 2015).
- GEORGOUDI, Stella. Bachofen, o matriarcado e a antiguidade: reflexões sobre a criação de um mito.

DUBY, Georges & PERROT, Michelle. **História das mulheres no Ocidente**, v. 1, p. 569-590, 1990.

GIMBUTAS, Marija. A Vênus monstruosa da Pré-história: criadora divina. In. CAMPBELL, Joseph. **Todos os nomes da Deusa**. Rosa dos Tempos, 1997, p.35-67.

HEWLETT, Sylvia Ann. **Maternidade tardia: mulheres profissionais em busca da realização plena**. São Paulo: Novo Século, 2008.

IBGE. Censo Demográfico 2010. Resultados gerais da amostra. [S.l.]: IBGE Rio de Janeiro.

LEAL, Cláudia Luiz. **Maternidade distanciada: vivências de mães sobre o ajuste entre maternidade e profissão, da gestação ao retorno ao trabalho**. 2013.

MERGÁR, Arion. **A representação social do gênero feminino nos autos criminais na Província do Espírito Santo (1853-1870)**. 2014. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado)—Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, 2006. Disponível em: portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_3402_Arion_Mergár.Pdf

MARIE CLAIRE. (2017) “48% das mulheres são demitidas após a licença maternidade”. *Revista Marie Clarie*. (05 de set 2017).

MEIRELES, Ana; COSTA, Maria Emília. A experiência da gravidez: O corpo grávido, a relação com a mãe, a percepção de mudança e a relação com o bebê. *Psicologia*, v. 18, n. 2, p. 75-98, 2004.

OLIVEIRA, Rosalira. Em nome da Mãe: o arquétipo da Deusa e sua manifestação nos dias atuais. *Revista Ártemis*, v. 3, 2005.

RODRIGUES, C.; SAPUCAIA, M. “Proteção à maternidade: uma reflexão sobre apaziguamento e sedimentação das desigualdades entre homens e mulheres”. *Revista da ABET*. Vol. 15, N. 1, 2016.

RAPHAEL-LEFF, J. **Introduction: Technical issues in perinatal therapy**. Spilt milk’perinatal loss & breakdown, p. 7-16, 2000.

RIBEIRO, Vanise Maria; ANASTASIA, Carla Maria Junho. *Piatã: história*: 7.º ano. **Curitiba: Positivo**, 2015.

SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cadernos Pagu**. - Campinas, n.16, p.137-150, 2001.

SWAIN, Tania Navarro. Feminismo e representações sociais: a invenção das mulheres nas revistas femininas. **História: Questões & Debates**, v. 34, n. 1, 2001.

VASCONCELOS, Vânia Nara Pereira. Visões sobre as mulheres na sociedade ocidental. *Revista ártemis*, v. 3, 2005.

VAZ, Maria Luísa; PANAZZO, Silvia. *Jornadas. hist: História*, 6.º Ano. 2015.